

**Especial** Impostos

# O Fisco está mais aguerrido e eficaz, mas muito desumanizado



A administração tributária tem meios como nunca teve, mas, na pressão da cobrança, continua a nem sempre salvaguardar os direitos e garantias dos contribuintes

**FILOMENA LANÇA**  
filomenalanca@negocios.pt

Um Fisco mais eficaz, mais bem equipado do ponto de vista informático, capaz de "num minuto, traçar o retrato fiscal de um qualquer contribuinte", mas também um Fisco mais cego, em que a preocupação com a arrecadação de receita continua a pôr em causa direitos e garantias dos contribuintes. Passados três anos sobre a chegada da troika, é com estas linhas que se cose a relação entre os contribuintes e a fazenda pública. Ainda com muito a melhorar, dizem especialistas ouvidos pelo **Negócios**.

"Continua a haver uma grande pressão para a cobrança de impostos de qualquer forma e isso colide muitas vezes com as garantias dos contribuintes", afirma António Carlos Santos, fiscalista e ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais. A maior eficiência da administração fiscal na sua função de cobrança de impostos foi desde sempre uma preocupação da troika, espelhada no memorando de entendimento. Mas daí até termos conseguido uma administração mais equitativa, justa e eficaz, vai ainda uma distância. "Se tudo estivesse bem, não eram necessários sorteios", exemplifica António Carlos Santos.

Domingues Azevedo, bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, concorda. "O sistema é eficiente e está bem montado, mas só acompanha quem está no sistema", afirma. "Quem está na economia paralela mantém-se fora, apesar do 'e-factura', porque esta tem uma missão pedagógica, mas não se exagera nos efeitos que lhes atribuem". O bastonário, tal como António Carlos Santos, critica medidas como o sorteio "factura da sorte". E lamenta os "exageros" cometidos na "cegueira" da cobrança de impostos: "Se o fisco comete um erro, daí a três meses reconhece-o, mas entretanto já penho-

rou o salário, a casa, o que for". Há, sustenta, "uma máquina eficaz, mas muito desumanizada e isso tem-se acentuado nos últimos anos".

## Informatização e transparência

Hoje em dia, a informação fiscal sobre qualquer contribuinte singular ou empresa está a distância de uns poucos cliques. "Todo o sistema informático está muitíssimo mais eficiente", afirma Nuno Barroso, inspetor tributário e presidente da Associação dos Profissionais da Inspeção Tributária (APIT). O inspetor, que é também um crítico da "Factura da Sorte" – "tenho dúvidas sobre o sucesso sustentado da iniciativa –, reconhece, no entanto, que o "e-factura" é um instrumento de trabalho que a curto prazo será muito útil na deteção de empresas que andavam fora do sistema". Lamenta, no entanto, a falta de meios humanos, as carreiras congeladas, o facto de até terem de usar o carro pessoal para o trabalho. "Há um grande desinvestimento nas pessoas e sem elas a máquina não pode funcionar", lembra.

Além da informatização, há outros aspectos a sublinhar. O Fisco "está de facto mais transparente e aberto aos contribuintes e conhece melhor os seus negócios", nomeadamente através da unidade de acompanhamento dos grandes contribuintes, lembra Serena Cabrita Neto, advogada e fiscalista.

O Fisco, lembra António Carlos Santos, "tem hoje armas que não tinha há uma década, nomeadamente a nível informático, e isso devia ser aproveitado para melhorar o seu funcionamento". Porém, há ainda muito a fazer, seja em termos de formação dos funcionários, de revisão de "métodos antigos" ou mesmo de educação escolar "onde deveria começar a consciencialização fiscal". "O olhar da administração continua a ser muito para dentro", remata.

## O olhar da Administração fiscal continua a ser muito para dentro.

**ANTÓNIO CARLOS SANTOS**  
Fiscalista e ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

## Há uma máquina eficaz, mas muito desumanizada e isso tem-se acentuado nos últimos anos.

**DOMINGUES AZEVEDO**  
Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

## Todo o sistema informático está muitíssimo mais eficiente, (...) mas há um grande desinvestimento nas pessoas e sem elas a máquina não pode funcionar.

**NUNO BARROSO**  
Presidente da Associação dos Profissionais da Inspeção Tributária

## O QUE MUDOU

REORGANIZAÇÃO E MAIS EFICÁCIA, EXIGIU A TROIKA

### criação da autoridade tributária e aduaneira

O memorando previa uma reorganização interna que juntasse as três direcções-gerais (DGCI, Alfândegas e Informática) que trouxesse mais sinergias ao Fisco. Criou-se, no início de 2013, a Autoridade Tributária e Aduaneira, que passou a ser liderada pelo director-geral dos Impostos. A readaptação, contudo, ainda está a fazer-se "e ainda nada se nota no terreno", diz Paulo Ralha, presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos. "Continua a ser cada um por si", remata.

### atualização dos sistemas informáticos

Já há muito que é uma aposta do Fisco e nos últimos anos a informática foi sendo sempre melhorada, permitindo alargar a informação disponível sobre os vários contribuintes e detectando mais facilmente situações de risco. No ano passado entrou em vigor o "e-factura", que passou a exigir às empresas o envio mensal para o Fisco de todas as suas facturas. Passaram também a ter de comunicar quase de imediato as guias de transporte de mercadorias. Ao mesmo tempo, a automatização de procedimentos como as execuções fiscais acentuou-se ainda mais.

### sorteio factura da sorte

Não foi uma imposição do memorando, mas vem na sequência do programa "e-factura" e é a esperança do Fisco para obrigar mais empresas a entrar para o sistema. Elogiado por uns, muito contestado por outros, o sorteio ainda não teve tempo de dar provas.

### mais funcionários para a inspeção tributária

Era também uma medida da troika e tem vindo a concretizar-se aos poucos. Numa primeira fornada entraram 320, e há agora um concurso, para entrarem mais mil inspetores. Estes continuam, no entanto, a queixar-se da falta de meios, não só humanos, mas também materiais. E lamentam a falta de "vínculo de nomeação". "A casa está construída, mas foi pelo telhado e continuam a faltar as pessoas", afirma Nuno Barroso, da Associação dos Profissionais da Inspeção Tributária.



**Serviços de Finanças à espera da reestruturação**



Manuel Moreira/Correio da Manhã



O memorando de entendimento preconizava a redução em 40% das 355 repartições de Finanças espalhadas pelo País. A meta manteve-se até hoje, tendo até sido aumentada para os 50%, mas a medida ainda não saiu do

papel. O Governo, aliás, já disse que isso não acontecerá até à saída da troika. A lista dos serviços a fechar, se é que existe, nunca foi divulgada, mas a polémica e contestação são elevadas.

# Menos processos na primeira instância mas lentidão nos tribunais superiores

Os grandes processos que marcavam passo nos tribunais administrativos e fiscais (TAF) foram desde logo uma preocupação da troika, que exigia uma "resolução metódica e eficiente dos processos judiciais pendentes em matéria fiscal". O memorando previa a criação de equipas de juizes para resolver os processos parados de valor superior a um milhão de euros, os que eram considerados mais relevantes em termos económicos. Isso foi feito e actualmente os tribunais já estão a conseguir resolver mais processos do que os novos que dão entrada. Mas isso é na primeira instância, porque os recursos acabaram por criar bloqueios mais acima.

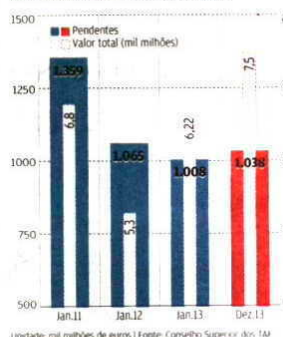
Em 2011 foram criadas, como previsto, duas equipas especiais de juizes, nos TAF de Lisboa e Porto. Passados quase três anos, dos processos pendentes em Maio de 2011, restam apenas 376. No entanto, de lá para cá, muitos outros entraram, o que fez com que as pendências não diminuíssem tanto quanto seria de esperar. Além disso, os novos que entram foram de valores elevados, o que fez com que o valor global dos processos pendentes acabasse, afinal, por disparar. O índice de resolução (a relação entre os processos entrados e os findos) é de 95%, ou seja, estão já a conseguir resolver, por anos, tantos processos quantos os que vão entrando.

"Notou-se claramente uma melhoria e uma maior eficiência generalizadas", afirma Serena Cabrita Neto, especialista da PLMJ em contencioso tributário. Com as equipas especiais a dar vazão aos grandes processos, libertou-se tempo para os outros que, de resto, também têm vindo a aumentar. "As cobranças fiscais estão mais agressivas, há mais impugnações, mais penhoras contestadas e a Segurança Social também está mais activa e com fiscalizações mais intensas", sintetiza a advogada.

## Fisco "com instruções para recorrer sempre"

O problema é que entre os processos acima de um milhão de euros que vão sendo resolvidos, a grande maioria é depois "alvo de recurso pela parte

**PENDÊNCIAS RECIAM NA 1ª INSTÂNCIA**  
PROCESSOS ACIMA DE UM MILHÃO DE EUROS



Nos processos de valor superior a um milhão de euros, os tribunais estão a conseguir resolver mais do que aqueles que entram. No entanto, os valores globais correspondentes aos processos parados tem vindo a aumentar porque os novos litígios que entram dizem respeito a valores cada vez mais elevados.

que perde, seja o Fisco seja o contribuinte, e se no Supremo Tribunal Administrativo (STA) as coisas até têm corrido bem, com recursos resolvidos em menos de um ano, nos tribunais centrais administrativos (TCA) há estrangulamentos", explica Serena Cabrita Neto. Em declarações recentes, José Correia da Costa, presidente do TCA Sul, lamentou precisamente esta realidade. Numa conferência na Faculdade de Direito de Lisboa, o magistrado afirmou que o Fisco "deu instruções específicas para recorrer nesses processos e os particulares, em regra, fazem a mesma coisa". Com os "quadros tão reduzidos", diz, não há capacidade de resposta e o resultado é "uma justiça a duas velocidades, sendo que uma [a dos não urgentes e dos recursos] está em ponto morto".

A Arbitragem Fiscal, outra das bandeiras do memorando e que, aliás, já vinha sendo preparada, entrou em vigor em 2011 e tem vindo a receber cada vez mais processos. Este ano, até Abril, contabilizava já acima de três centenas, mais do que os registados no ano passado. **FL**



## O QUE DIZIA O MEMORANDO

Mais receita e mais eficácia. Em termos gerais, era isso que a troika pedia. Aumento de impostos, corte de isenções e congelamento de benefícios fiscais em todos os impostos, aposta na informatização e agilização da máquina fiscal e uma avaliação geral do património, para acertar as contas no IMI. A somar a tudo isto, o memorando exigia uma aposta no combate à fraude de evasão.



## O QUE CORREU BEM

Sob o ponto de vista da troika, não há dúvida de que o aumento de impostos – o "enorme aumento de impostos" – concretizou-se e correu tal como era exigido no memorando. Também a avaliação geral de imóveis acabaria por correr bem, actualizando para os valores de mercado 4,9 milhões de prédios, que, em muitos casos vão pagar mais impostos.



## O QUE CORREU MAL

Os impostos acabaram por ser uma das principais âncoras do Governo na estratégia de consolidação, com forte prejuízo para os contribuintes e a actividade económica. Acresce que, apesar de se ter estabelecido como objectivo reduzir a litigância, as Finanças continuam a alimentar processos judiciais, seja por deficiente técnica legislativa, seja por não desistir de casos perdidos.